



CAPÍTULO 3

O Ocidente Medieval e o Nascimento de suas cidades: Estruturação e Salubridade do espaço citadino

Eduardo Mangolim Brandani da Silva

Gessica de Brito Bueno

Christian Fausto Moraes dos Santos

RESUMO: Este artigo, ao abordar as diferentes concepções norte-americana, francesa, britânica e holandesa sobre a história urbana como objeto histórico, procurou apresentar as interpretações de diversos teóricos sobre o surgimento das cidades durante a Baixa Idade Média, as classificações e categorias historiográficas mais comuns para discutir o conceito de cidade, assim como as questões relacionadas à higiene nesse período. Em termos de metodologia, foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, seguida de uma análise detalhada do conteúdo. O artigo conclui que, conforme as afirmações de Paul Hohenberg, muitas das respostas sobre o nascimento das cidades europeias contemporâneas encontram-se no período medieval, e não no período industrial moderno. Os documentos que oferecem informações sobre as cidades no Sul e Leste da Europa são, sobretudo, os primeiros mapas, desenhos e registros arqueológicos, que permitem a reconstrução detalhada dos espaços urbanos. De acordo com Florent Garnier, o conceito de cidade pode ser entendido como algo que estabelece sua própria identidade. Além disso, concluiu-se que as práticas de saúde e higiene foram gradualmente sistematizadas dentro de Regimes de Saúde, que serviam como orientações para médicos e físicos.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade; Idade Média; Higiene; Historiografia; Meio Urbano.

ABSTRACT: By addressing the different North American, French, British and Dutch conceptions of urban history as a historical object, this article sought to present the interpretations of various theorists on the emergence of cities during the Lower Middle Ages, the most common historiographical classifications and categories for discussing the concept of the city, as well as issues related to hygiene in this period. In terms of methodology, a qualitative bibliographical study was carried out, followed by a detailed content analysis. The article concludes that, in line with Paul Hohenberg's assertions, many of the answers to the birth of contemporary European cities can be found in the medieval period, rather than in the modern industrial period. The documents that provide information about cities in Southern and Eastern Europe are, above all, the first maps, drawings and archaeological records, which allow for the detailed reconstruction of urban spaces. According to Florent Garnier, the concept of the city can be understood as something that establishes its own identity. In addition, it was concluded that health and hygiene practices were gradually systematized within Health Regimes, which served as guidelines for doctors and physicians.

KEYWORDS: City; Hygiene; Historiography; Middle Ages; Urban Medium.

INTRODUÇÃO

A temática urbana e das cidades possui certa recorrência na historiografia. Enquanto temática que aborda o desenvolvimento de espaços de ocupação pela espécie humana, os historiadores aplicaram abordagens que envolvem o desenvolvimento citadino, os espaços de segregação e divisão social, os locais de produção econômica e os significados dispersos pelos territórios e seus elementos simbólicos. No entanto, a cidade, enquanto objeto de estudo, também está atravessada pela dimensão da necessidade de sobrevivência. Isso é, enquanto local que envolve o sedentarismo, e, portanto, longevidade, esse objeto envolve planejamento voltado à saúde, higiene, sanitarismo e alimentação.

Seja em comunidades com maior ou menor grau de hierarquização social, assim como com maior ou menor grau de organização de seus espaços de sedentarização, os anseios por higiene e a busca pela salubridade estiveram continuamente presentes, a partir de interpretações e entendimentos interiorizados nesses grupos sociais. Essas colocações embasam o objeto de investigação histórica desse breve texto, que é o surgimento e desenvolvimento das cidades do medievo ocidental, com relativo enfoque nas cidades francesas.

Para que esse tema tenha a devida exploração serão abordadas as classificações e categorias historiográficas mais comuns para falar sobre o objeto cidade, quais os esquemas representativos usados e qual a imagem da cidade na historiografia, a fim

de explicar alguns problemas que foram apontados quando os teóricos buscaram compreender o surgimento das cidades e a ideia de urbano, assim como o conceito de higiene durante a baixa Idade Média.

A metodologia qualitativa permitiu relevante análise das produções bibliográficas sobre o tema, de forma que a análise desses elementos permitiu compreender em um primeiro momento como se deu o surgimento desses espaços de vivência, para que em um segundo bloco sejam exploradas as práticas de saúde e higiene nesses locais.

ALGUNS DEBATES SOBRE A CIDADE OCIDENTAL MEDIEVAL.

Começemos pelo capítulo intitulado “Wrestling with the Angle: On Problems of Definition in Urban Historiography” (2001) de Harry Jansen encontrado no artigo “The Construction of an Urban Past Narrative and System in Urban History”, “tradução: A construção de uma narrativa e sistema do passado urbano na história urbana” onde ele discute acerca dos problemas de definição de historiografia urbana, em que ele questiona como os historiadores devem definir a cidade como objeto de estudo histórico. A edição inglês-americana de *The City*, de Weber, fez questionamentos, como o fato de que é possível encontrar textos da cidade, principalmente a respeito do princípio informativo que cria a própria cidade (Jensen, 2001).

O historiador britânico Dyon, entende que a cidade não deve ser pensada como uma disciplina, e nem é um campo independente por si só, mas sim uma categoria estratégica, que permite inflexões sobre os contextos históricos. Na Holanda, a discussão sobre História Urbana como uma subdisciplina da história social e econômica é mais sobre a definição do que sobre metodologia. O historiador holandês Pim Kooij vê a cidade como um lugar central multifuncional que funciona como um centro para uma área agrária circundante e que seu quadro tem ligação com outros lugares centrais. A história urbana aqui é vista como uma disciplina separada, visto que, o ‘urbano’ pode receber um significado específico (Jensen, 2001).

Apesar dessas definições a História Urbana pode ser vista de várias perspectivas, a definição de Kooij é clara, mas é restrita, ele se alia a uma tradição americana de “historiadores urbanos” cujos temas de pesquisa foram amplamente orquestrados pelo professor de História Eric E. Lampard. Essa avaliação enxerga as cidades como subsistemas de sistemas mais abrangentes, que envolvem redes urbanas e padrões de relações campo-cidade. Ao se aliar a essa abordagem ‘lampardiana’ ele exclui o que chama de método ‘biográfico’ de pesquisa histórico-urbana, a tradição de pesquisa na qual cidades e vilas são retratadas como unidades arredondadas, cada um em seu próprio caráter e até vontade própria, ele considera essa abordagem ultrapassada, mesmo que muitos historiadores ainda a utilizem (Jensen, 2001).

Na pesquisa histórica urbana, é possível identificar dois núcleos conceituais principais que atendem aos critérios previamente mencionados. O primeiro representa uma abordagem mais tradicional, de caráter biográfico, fechado e centrado na ação, em que a cidade é tratada como uma variável independente. Já o segundo núcleo reflete uma perspectiva mais moderna, aberta e voltada ao comportamento, considerando a cidade como uma variável dependente. Essas duas concepções fundamentais podem ser vistas como pilares da subdisciplina conhecida como história urbana, mas é essencial distingui-las com clareza, pois sua confusão pode gerar equívocos (Jensen, 2001).

Jensen (2001) atribui a Fernand Braudel a origem de uma interpretação marxista sobre a cidade, referindo-se a isso como “a confusão de Braudel”. Essa associação se deve ao fato de Marx ter vinculado a transição da barbárie para a civilização à separação entre cidade e campo. Para Marx, a cidade é definida de forma dicotômica, em oposição ao campo, e essa distinção se manifesta de duas maneiras. Primeiramente, ele descreve a cidade como um espaço de concentração de pessoas, meios de produção, capital, necessidades e prazeres cujo funcionamento contrasta diretamente com o do meio rural (Jensen, 2001).

Em segundo lugar, Marx afirma que a cidade surge como resultado da formação da comunidade. Ele chega a chamar as cidades de *Vereine* (sindicatos), um termo que, na época, se referia a uma associação voluntária de indivíduos. Segundo Marx, a cidade funciona como um centro de governo, com estruturas de policiamento e sistemas de arrecadação de impostos. Jensen (2001) chama atenção para essas conclusões de Marx, destacando que essa é apenas uma entre várias possíveis interpretações da cidade. Apesar disso, muitos historiadores concordam com essa visão, já que a própria ideia de civilização carrega uma forte conotação urbana e burguesa. A partir dessa perspectiva, Henri Lefebvre observa que Marx atribui à cidade o mesmo papel que Hegel conferiu ao Estado (Jensen, 2001).

Além dos escritos de Jensen (2001) outro trabalho que explora acerca do conceito de cidade e identidade urbana é o capítulo intitulado “Livres de comptes, memoire et identité urbaines dans le Midi de la France au Moyen Âge, Tradução: Livros de contabilidade, memória e identidades urbanas no Sul da França na Idade Média” (2014) escrito por Florent Garnier situado na obra chamada “Les identités urbaines au Moyen Âge: regards sur les villes du Midi français” de Patrick Gilli e Enrica Salvatori.

Garnier (2014) apresenta o conceito de identidade a partir do dicionário da Academia francesa, escreve que se refere ao “caráter daquilo que em um ser permanece idêntico, permanente e funda sua individualidade”, mas também ao significado jurídico com “a personalidade civil de um indivíduo, legalmente reconhecida ou estabelecida, estabelecida por diferentes elementos do estado civil e pela sua descrição” (Garnier, 2014, p. 21, In: Gilli e Salvatori, 2014).

O autor introduz esse conceito como ponto de partida para a discussão sobre a “identidade urbana”. Segundo a avaliação feita por Bernard Chevalier em 1991, esse termo não aparece nas definições tradicionais de cidade medieval. No entanto, ao confrontar a prática do poder com textos normativos de cidades como Bourges, Poitiers e Tours, por volta do século XV, foi possível identificar o surgimento de “novas identidades urbanas”, associadas ao aumento da participação dos órgãos municipais. O foco da análise recaiu sobre a elite dirigente, grupo ativo na dinâmica urbana, como forma de compreender o processo de construção de uma identidade coletiva e repensar a aparente ausência de manifestações individuais na sociedade medieval (Garnier, 2014, In: Gilli e Salvatori, 2014).

A análise institucional urbana na França desenvolveu-se a partir da abordagem de Augustin Thierry na primeira metade do século XIX, que fez a distinção entre cidades consulares, cidades sindicais ou reitorias e cidades comunais, a partir do estudo do vocabulário jurídico confrontado com a prática, a historiografia tem reconsiderado mais particularmente a realidade do fenômeno institucional urbana, onde os estudos de André Gouron e Pierre Michaud-Quantin muito contribuíram para a renovação da análise (Garnier, 2014, In: Gilli e Salvatori, 2014).

Segundo os autores, uma compreensão mais aprofundada da formação da identidade urbana exige a consideração dos atores envolvidos nesse processo de afirmação, das manifestações, muitas vezes conflituosas, dessa construção e do contexto em que se expressa. Primeiramente, é importante reconhecer que existem variações no tempo, no ritmo e nas formas de manifestação da identidade da comunidade. Para um grupo urbano, isso implica afirmar-se em relação a outro poder, questionando sua legitimidade e buscando conquistar liberdades que permitam, de forma parcial ou total, a ruptura com as relações feudais e senhoriais. Conforme Paul Ricoeur, diversos índices permitem entender a cidade medieval, reconhecida como *universitas*, como “o conjunto de disposições duradouras pelas quais a reconhecemos” (Garnier, 2014, In: Gilli e Salvatori, 2014).

Em “Introduction: urbanization in perspective” na obra intitulada “The making of urban Europe, 1000-1950 (1985)” dos autores Paul Hohenberg e Lynn H. Lees, os autores explicam que a Europa se tornou urbana em um único milênio, mil anos atrás os poucos habitantes das cidades ao norte e oeste do território muçulmano e bizantino tinham um lugar limitado na ordem social da época. A maioria das grandes cidades hoje na Europa foram fundadas antes de 1300, portanto, estudar o desenvolvimento da Europa urbana requer um longo olhar para trás no tempo, muitas das respostas sobre o nascimento das cidades europeias contemporâneas estão no período medieval, não no período industrial moderno (Hohenberg e Lees, 1985).

Um exemplo que os autores dão é de Viena, que ficava em um ponto importante de passagem no Danúbio, ela se tornou uma cidade fortificada e um mercado no início do século XII. Foi um importante centro comercial para comerciantes do Sul e Leste da Europa, ela cresceu em importância política com sua escolha como residência pelos Babenberg. Não é necessário especular sobre reis e guerreiros quando fica claro que um determinado governante fundou uma cidade, os documentos que podem nos oferecer informações acerca das cidades são os primeiros mapas e desenhos, pois eles, às vezes, complementam o registro arqueológico, permitindo uma reconstrução detalhada dos espaços urbanos (Hohenberg e Lees, 1985).

Outro interesse que guia o estudo da urbanização está nas atividades que ocorrem nas cidades, particularmente nas econômicas e processos demográficos que caracterizam as populações urbanas. As cidades são vistas como locais de ações de grande escala, como links na circulação de pessoas e mercadorias. Em terceiro lugar a erudição urbana surge de uma consciência das consequências sociais da vida urbana, as cidades fomentam o crime, a alienação e o desvio? Eles incentivam a independência, a diversidade e iniciativa? Muitos responderiam sim a uma e mesmo todas as perguntas. Independente das respostas, os pesquisadores afirmam que as cidades são fundamentais na formação de estilos de vida e da vida mental de seus habitantes (Hohenberg e Lees, 1985).

As tradições e as severas crises de cidades e vilas individuais contribuem para a compreensão das dinâmicas urbanas. No entanto, os autores destacam processos mais amplos relacionados ao trabalho e às relações que evoluíram entre as cidades e as entidades políticas ao seu redor. Como exemplo do funcionamento de um Sistema de Rede, Hohenberg e Lees (1985) analisam Bordéus (Bordeaux), atribuindo importância a diversas atividades econômicas que influenciam seu crescimento ou estagnação. Para eles, não se deve observar a cidade isoladamente, nem apenas seu papel como capital de uma região no sudoeste da França. Bordéus tem sido um elo essencial nas redes comerciais internacionais, através das quais não só o vinho, mas também grãos, peixe, madeira, açúcar e óleo fluem (Hohenberg e Lees, 1985).

No subcapítulo intitulado “A cidade moderna na França: ensaio de história imediata” de Bernard Lepetit, que se encontra em seu livro “Por uma nova história urbana” (2016), o autor começa apresentando os pontos em comum entre as descrições historiográficas e os guias de viagem, o historiador e o cicerone, pois ambos realizam uma espécie de processo de mediação cultural que ocorre entre o visitante estrangeiro e uma sociedade local (Lepetit, 2016).

De acordo com Bernard Lepetit (2016) para não correr o risco de assumir uma postura de somente descrever o que compõe a história urbana, ele adotou dois critérios, por um lado seleciona as bibliografias sobre o tema, menos por sua

representatividade do que por sua capacidade demonstrativa, por outro, deu preferência a pesquisas marginais, indo na contramão da história urbana moderna francesa que já era estritamente definida (Lepetit, 2016).

O foco do autor está na história imediata, levando em consideração os avanços historiográficos que marcaram o final dos anos 1980. Ele utiliza três obras que buscaram abordar a questão urbana de forma analítica em três áreas: economia, sociedade e cultura (Lepetit, 2016). O primeiro livro, de Simona Cerutti, examina as corporações de ofícios em Turim nos séculos XVII e XVIII. A autora analisa o contexto no qual os atores deram vida e significado a esses agrupamentos, investigando o surgimento dessas corporações, o processo pelo qual decidiram se unir, após terem vivenciado experiências distintas, e como passaram a se reconhecer, a partir de então, por meio de uma identidade social (Lepetit, 2016).

A segunda obra, de Jacques-Louis Ménétra (1982), aborda a discussão sobre as revoltas que ocorreram na primavera de 1750, em Paris. O autor busca compreender a lógica dessas revoltas, investigando o saber social vigente e o processo de materialização desse conhecimento. O último livro citado por Bernard Lepetit (2016) analisa o período anterior à revolução industrial e ao advento dos transportes ferroviários, com foco na noção de sistema urbano. Segundo o autor, uma cidade obtém a maior parte de sua subsistência do espaço ao seu redor. Mesmo que uma cidade não tenha ligação direta com outra, seus funcionamentos são interdependentes. A questão central é entender como as cidades evoluíram em sua organização dentro de uma formação econômica, como as corporações. A resposta pode estar na criação de novos recursos, seja por meio de políticas viárias, seja pelos efeitos sociais gerados pela Revolução (Lepetit, 2016).

No texto de Richard Rodger intitulado “Urban History: Prospect and Retrospect” (1992), ele destaca que a revista *Urban History* se distingue das publicações da década de 1960. A história urbana, nesse contexto, emergiu como uma alternativa à história econômica, incorporando diversas abordagens da história social. Antes dos anos 60, as obras sobre a cidade eram majoritariamente relatos centenários ou comemorativos, muitas vezes apresentadas de forma idealizada. No entanto, foi possível perceber um aumento significativo na produção acadêmica sobre temas urbanos nas últimas décadas, o que indica um crescimento no interesse e na abordagem da história urbana (Rodger, 1992).

Os especialistas em história urbana se dedicavam a descrever temas como habitação, planejamento, uso da terra, além de aspectos como morfologia e demografia. As áreas legítimas para o estudo histórico, que serviram como critérios para a análise da dimensão urbana, incluíam subgrupos como elites, classes sociais, família, gênero, entre outros. Os editores da *Urban History* começaram a promover

um concurso para premiar o artigo mais relevante da temporada e também buscaram criar uma identidade entre os pesquisadores do desenvolvimento histórico das cidades. No entanto, a principal preocupação estava na difusão do conhecimento, já que temiam que o campo de estudo pudesse se tornar “manchado e desacreditado”, com o risco de que o anuário de publicações perdesse sua integridade e fosse afetado pela fragmentação (Rodger, 1992).

No contexto britânico de Rodger (1992) a chamada História Urbana, teve, então, o papel de conter a fragmentação da História Urbana, é devido a isso que surgem as iniciativas do grupo que tinham como objetivo a ligação com a revista, portanto, era uma tentativa de aumentar o nome dos escritos, existia um esforço para ampliar e fornecer uma base institucional, isso devido ao fato de que a revista pretendia se colocar como referência nos esforços da renovação (Rodger, 1992).

Em outro capítulo intitulado “O florescimento das cidades: o século XIII na história do mundo urbano” da autoria de Denis Menjot e Patrick Boucheron, encontrado na obra “As cidades no tempo” de Margarida Carvalho, Maria Lopes e Susani França, discute acerca de como a Europa se tornou urbana. Citando Robert Moore, os autores explicam que se a época medieval é o momento em que é desencadeada uma “primeira revolução europeia”, a revolução é, antes de tudo, urbana. Essas cidades se estendem para além dos limites da bacia do mediterrâneo, elas vão até o Norte e para o Leste da Europa, chegando na Rússia, criando fundações conhecidas até os dias de hoje (Menjot, Boucheron, 2005, In: Carvalho, Lopes e França, 2005).

Nos quase mil anos que separam a Antiguidade da Renascença surgem no continente Europeu formações urbanas originais, onde os autores citam algumas características de seus modelos: formações que se inscrevem sobre o solo em uma topografia específica, se imprimiram em uma sociedade estruturada se exprimindo por instituições e se traduzindo por um gênero de vida e uma cultura. No primeiro período que se estendeu até o século VIII ao início do século XI a urbanização que foi legada pela Antiguidade diversifica-se, enquanto que mundo bizantino as estruturas da cidade romana se mantêm e se adaptam, na zona conquistada pelos muçulmanos, Al-Andalus e a Sicília, nascendo uma nova civilização urbana, que elabora novos modelos de cidades (Menjot, Boucheron, 2005, In: Carvalho, Lopes e França, 2005).

A comunidade urbana se organiza e é governada por uma classe dominante, que gradualmente se estabelece em diversos domínios de controle social, econômico, político e ideológico. Desde o século VII, o Oriente grego e, posteriormente, o Islã souberam preservar o melhor da civilização urbana legada pela Antiguidade romana. A partir do impulso urbano dos séculos XI e XII, o Ocidente cristão passou a reivindicar uma parte dessa herança. Segundo os autores, os cavaleiros atribuíram à cultura

urbana a responsabilidade pela traição ao espírito das cruzadas, criando uma divisão entre o mundo dos cavaleiros e o dos cidadãos. Nesse contexto, a cidade parecia criar uma “outra Idade Média”, caracterizada pelas catedrais e campanários, pelos mercadores e acadêmicos, como se esse renascimento da civilização se impusesse sobre a sociedade dos guerreiros e camponeses (Menjot, Boucheron, 2005, in: Carvalho, Lopes e França, 2005).

Em “O século às criações urbanas” os autores apresentam que muitos historiadores encaram o surgimento das cidades como um “corpo estranho (...) uma má-formação na sociedade medieval”, era como se as cidades tivessem corroído o interior do corpo feudal, mas já no século XIII a urbanização é uma finalização de um processo plurissecular, as cidades se tornam os polos de valorização da primazia senhorial, é importante se ater ao fato de que a expansão urbana não foi um processo autônomo, sujeito a leis próprias, estranhas a sociedade circundante, elas nascem no coração de dinâmicas próprias à sociedade feudal (Menjot, Boucheron, 2005, In: Carvalho, Lopes e França, 2005).

De acordo com Menjot e Boucheron (2005) a guerra é sem dúvida o principal motor do impulso e o progresso do comércio internacional, impulso das atividades artesanais, a promoção das peregrinações e as instalações dos Estados monárquicos e principescos constituem fatores dinamizadores, os próprios fronte pioneiros e as fronteiras políticas são as linhas de força dessa nova urbanização, podendo ser chamado de urbanismo conquistador ele se manifesta por uma dupla concessão, a outorga de um direito de mercado e a de um estatuto jurídico, esses dois elementos fundam a identidade de uma cidade medieval, a forma urbana é forjada ela mesma por funções econômicas e por um modo de existência política (Menjot, Boucheron, 2005, In: Carvalho, Lopes e França, 2005).

Em “organização do espaço urbano e identidade cívica” Menjot e Boucheron (2005) escrevem que a morfologia dessas criações urbanas resulta de uma planificação que se traduz por planos mais simples e racionais e paisagens organizadas, mas mesmo assim devido a aplicação frouxa dos planos diretores, subsiste a adaptação ao sítio, que não permite uma disposição quadriculada geométrica do espaço (Menjot, Boucheron, 2005, In: Carvalho, Lopes e França, 2005).

O SURGIMENTO DA CIDADE MEDIEVAL: ORGANIZAÇÃO E HIGIENE NO ESPAÇO CIDADINO

Diferentes centros urbanos europeus, que ainda marcam presença de existência até o tempo imediato, apresentam suas organizações datadas do período medieval. Por meio de uma breve pesquisa em enciclopédias ou até mesmo por via digital é possível contemplar imagens de cidades como Berna, Carcassonne, Toledo, Rotenburg, Sighisoara, ou seja, múltiplos centros espalhados da Europa atlântica até sua margem oriental e notar que seus centros se mantêm, ao menos superficialmente, inalterados em termos de caracterização medieval.

Mesmo que esses locais tenham a disposição de seus edifícios e espaços similares ao que havia sido concebido durante o medievo, é preciso reforçar que isso se mantêm apenas em termos superficiais. Isso ocorre porque a infraestrutura energética, sanitária, higiênica, produtiva e de serviços se alteraram drasticamente, se qualificando para condições dos períodos que se sucederam e para as necessidades do Tempo Presente.

Esses centros urbanos foram sofrendo remodelações e inovações de infraestrutura desde meados do século XVI. No entanto, nota-se uma guinada sanitária nos séculos XVIII e XIX que reestruturou por completo os esgotos, avenidas e hospitais da grande maioria dos centros urbanos medievais (Corbin, 1987, p.36). Se em centros como Roma, Paris e Londres esses processos ficaram mais visíveis sob a superfície urbana, esse não foi o caso daquelas primeiras cidades citadas. Isso não se deu por um cuidado ou esmero diante desses centros urbanos. O que houve foi que nesses centros essas mudanças chegaram posteriormente, garantindo certa preservação a esses locais.

Para os historiadores do tempo presente esses espaços corroboram entendimentos sobre o cotidiano da realidade urbana medieval, assim como situam os funcionamentos desses espaços. Tais investigações são corroboradas por fontes escritas de diferentes classes profissionais que escreveram sobre o espaço que viviam no decorrer do longo período de mil anos conhecido como Idade Média.

Considerando os vestígios e heranças medievais ainda visíveis no tecido urbano de muitas cidades europeias, é interessante refletir sobre como esses centros urbanos se formaram. Ao se pensar na transição para a Idade Média, é comum que muitas pessoas construam uma imagem que apaga as influências da Antiguidade Tardia. Ou seja, tende-se a imaginar que a realidade medieval surgiu de forma abrupta, com características próprias e autônomas, sem grandes vínculos com o passado. No entanto, compreender a formação urbana medieval requer reconhecer o processo de desintegração do Império Romano do Ocidente (Rosen, 1994, p. 51).

Muitas ocupações humanas na Europa, iniciadas no começo da Alta Idade Média (entre 500 e 600 D.C.) de fato vieram a se tornar cidades apenas na Baixa Idade Média (após o ano 1000 D.C.). No entanto é preciso elucidar dois aspectos relevantes sobre a urbanização europeia da Alta Idade Média. A primeira delas é o fato de que a desintegração do império romano do ocidente não significou a destruição completa de seus centros urbanos. Claramente o império romano vinha passando, desde o século II D.C., por um êxodo urbano que gerou a agrarização do espaço europeu. No entanto isso não significa que suas cidades ficaram sem habitantes, mesmo que muitas delas de fato tenham caído, de fato, em ruína (Rosen, 1994, p. 51).

Cidades como Roma, Ravena e Roma se mantiveram ocupadas mesmo após as invasões bárbaras, claramente muitos hábitos e tradições se alteraram com a chegada de novas populações. No entanto elementos de infraestrutura puderam se manter (Janson e Janson, 1996, p.88-89). Traços como aquedutos, muralhas e até mesmo encanamentos de pedra para esgotos foram mantidos nesses centros. Isso significa dizer que já na entrada da Idade Média havia a presença de espaços urbanos que não podem ser ditos como meros redutos. Isso é, eram cidades de fato (Rosen, 1994, p. 51).

O segundo aspecto é mais complexo e não diz respeito necessariamente às cidades, o processo de agrarização, as invasões bárbaras e a oficialização da fé cristã por Constantino no século IV D.C., como a religião do estado romano, desencadearam um outro processo de ocupação humana, que uniu elementos urbanos e rurais. Os primeiros centros religiosos da cristandade não foram abadias ou catedrais, mas sim espaços monásticos. Esses redutos organizados por monges e clérigos se localizam geralmente fora das cidades em meio à espaços rurais e naturais (Rosen, 1994).

O processo de agrarização transformou esses espaços em núcleos centrais para novas ocupações humanas que se estabeleciam ao seu redor. As invasões realizadas por diversos povos oriundos da parte oriental do antigo Império contribuíram para a edificação de muralhas em torno dos mosteiros e das estruturas urbanas adjacentes. Embora esses locais possam ser considerados redutos urbanos, não se configuravam plenamente como cidades, devido às limitações em termos de organização e à infraestrutura ainda pouco desenvolvida (Rosen, 1994, p. 51).

A Europa do século VII era caracterizada por um território marcado pela presença de numerosos mosteiros dispersos e por poucas cidades, que constituíam seus principais espaços urbanos. Entre os séculos VII e IX, os monastérios desempenharam um papel importante como locais de cuidados médicos e práticas de higiene. Esses centros preservavam conhecimentos herdados da Antiguidade greco-romana, combinando-os com princípios cristãos. Localizados geralmente ao longo das estradas, os mosteiros também se destacavam como instituições de acolhimento, oferecendo repouso aos viajantes, acesso a recursos terapêuticos e cuidados higiênicos (Rosen, 1994, p. 54).

Nesse período conhecido como Alta Idade Média é preciso colocar o temor que havia em relação à certos elementos da natureza. A provisão para a vida era pensada como advinda da terra. No entanto uma série de recursos eram obtidos em espaços compreendidos, aos moldes de hoje, como selvagens. A percepção era de que os indivíduos tinham de se adaptar ao espaço e não que esse era passível de grandes alterações. Havia uma sobreposição da natureza sobre o indivíduo (Aberth, 2013, p.30).

Esses centros monásticos eram inclusive pensados como locais em que se havia maior segurança diante das enfermidades disseminadas pelo mundo, essas eram compreendidas como relacionadas à elementos de fé na Alta Idade Média, no entanto é preciso destacar que haviam sinais materiais de suas presenças, a questão do odor evidencia bem esse traço. Os maus odores eram concebidos como manifestação do pecado ou de origem demoníaca (Aberth, 2013, p.10-12). Portanto havia a necessidade de cuidados que eram provenientes a partir do conhecimento de plantas, que estavam interiorizados nos monastérios. Portanto, uma série de plantas ditas como aromáticas e com propriedades de cura, eram germinadas nos jardins dos mosteiros de forma que poderiam ser empregadas nos enfermos (Rosen, 1994, p.53).

Os centros urbanos medievais são pensados como espaços em que reinava uma espécie de anarquia sanitária, evidentemente as condições higiênicas do período não dispunham de saberes bacteriológicos e nem sequer havia a concepção de assepsia ou antissepsia. No entanto, por tentativa e erro, uma série de práticas foram sendo estabelecidas, essas alicerçadas pelos órgãos sensoriais, de forma que regras e tradições que visavam um certo “mínimo” de sobrevivência foram ganhando corpo (Smith, 2007, p. 174).

Esses aspectos foram revelando um novo grau de exigência sanitária que foi sendo estabelecido por volta do ano 800. d.C., com a consolidação do império carolíngio, é possível notar o crescimento urbano e a consolidação de rotas fixas de comunicação e disseminação de materiais. Com isso, é possível notar que o uso de arômatas, como mirra e frankincenso, se tornam mais comuns como via de tornar o espaço seguro, além de que os banhos termais se tornaram cada vez mais comuns como via de garantir higiene e também como prática terapêutica (Smith, 2007, p.174-182).

As práticas de saúde e de higiene foram sendo compiladas em meio à *Regimes de Saúde*, esses documentos medievais serviam como guias para físicos médicos elaborarem tratamentos para os enfermos, mas também para estabelecer práticas que mantinham o estado de saúde. Esses documentos serviram também na Baixa Idade Média como fontes para o planejamento de regras que mantivessem a higiene do espaço urbano, isso por meio de uma série de normativas sanitárias (Smith, 2007, p.176).

No decorrer da Alta Idade Média os pressupostos teóricos que moviam essas intenções se baseavam em elementos do humorismo, que estava contido em fragmentos de fontes hipocrático-galênica que vinham da Antiguidade e continuavam sendo copiadas e compiladas, ao lado de elementos teóricos da própria teologia cristã. Em grande medida o temor diante dos odores nauseabundos era o critério de tolerância diante dos resíduos fétidos, sendo esse traço um mobilizador das práticas de higiene (Campos, 2020).

Esse cenário começou a se transformar entre os séculos X e XII com o surgimento dos chamados burgos, que se tornaram os modelos clássicos de cidades medievais (com muralhas, castelos e catedrais) amplamente difundidos no imaginário popular, que se consolidaram nesse período. Diversos fatores contribuíram para essa mudança, sendo o crescimento acelerado da população europeia entre os anos 900 e 1200 D.C. um dos principais. Esse aumento populacional foi impulsionado pela diversificação da base alimentar, com a introdução de novos produtos agrícolas, e pela evolução nas técnicas e tecnologias agrárias, que elevaram a produtividade. Como consequência, muitos assentamentos urbanos que antes se limitavam a pequenos espaços murados em torno de mosteiros passaram a crescer significativamente, transformando-se em novas cidades nascentes (Rosen, 1994, p. 53).

É importante destacar que a chamada revolução carolíngia abriu espaço para o surgimento de novos centros de produção de conhecimento: as catedrais. Embora tenham ganhado maior proeminência no século XI, essas instituições já atuavam desde o final do século IX. Elas são particularmente relevantes por terem se desenvolvido no contexto do processo de urbanização da Idade Média Central (900–1200 d.C.), apresentando uma configuração distinta da dos monastérios. Enquanto os monastérios integravam elementos da vida rural camponesa com aspectos urbanos de pequena escala, as catedrais estavam mais diretamente voltadas à dinâmica da vida urbana propriamente dita (Rosen, 1994, p. 54).

O crescimento populacional da Alta Idade Média, se concentrou principalmente no campo. No entanto, entre os séculos VI e XII, ocorreram diversas invasões nos territórios cristãos, provenientes de diferentes frentes. A mais antiga foi a invasão dos califados mouros, originários do norte da África, que conquistaram quase toda a Península Ibérica, além de Malta e Chipre. Entre os séculos IX e XI, povos escandinavos de origens dinamarquesa, norueguesa e sueca realizaram uma série de incursões que se espalharam por toda a Europa, do oeste ao leste (Rosen, 1994).

Por fim, entre os séculos XI e XII, observa-se a invasão da Europa Oriental pelos povos Magyares, originários da região que hoje corresponde à Hungria. Essas diferentes frentes de invasão intensificaram dois processos que já estavam em curso desde o século VIII. O primeiro foi a expansão das muralhas, a partir do século X;

o segundo foi o fato de que uma parte da população camponesa passou a viver dentro dessas muralhas, o que resultou no crescimento da população urbana e no aumento da densidade populacional nesses espaços (Rosen, 1994, p. 54).

O aumento populacional e o êxodo rural fomentaram a busca por incremento de produtividade rural, se por um lado nota-se as mudanças técnicas citadas, pensa-se também numa mudança de relação com a própria natureza. Se na Alta Idade Média nota-se uma relação com o espaço natural onde os indivíduos buscavam adequação ao cenário já estabelecido, no decorrer dos séculos XI, XII e XIII a relação com os biomas existentes se alterou largamente, a natureza agora deveria ser subjugada em prol da possibilidade de sobrevivência do grupo (Aberth, 2013, p.30).

Os centros citadinos drenaram uma série de pântanos devido aos temores dos vapores corruptos e putrefatos que ameaçavam a saúde populacional e, além disso, nota-se que florestas foram derrubadas para que madeira fosse obtida para a elaboração de edificações urbanas, assim como, esses novos espaços poderiam ser utilizados para expandir, principalmente, o arado da terra, garantindo maiores retornos produtivos para a alimentação (Aberth, 2013, p.30).

Esse processo parece se aplicar bem à Europa Central e Ocidental, mas não foi o caso em algumas partes da Península Ibérica, especialmente em Portugal. Nas cidades lusitanas, o crescimento do espaço intramuros não seguiu um ordenamento orgânico. Ao contrário, o desenvolvimento urbano se dava por meio de loteamentos. A administração central selecionava uma área, como se fosse um lote, e nesse terreno eram construídas edificações densas, já verticalizadas, que se estendiam até as muralhas. Isso significa que o interior das muralhas mantinha lotes adensados, acompanhados de vazios geográficos que poderiam ser ocupados no futuro. Assim, o crescimento urbano e populacional nas cidades de Portugal no século XIII ocorreu através de um planejamento que visava já uma cidade densamente ocupada (Pereira, 2005, p. 100).

O processo de crescimento da população urbana por si só ampliava a produção e disseminação de resíduos no interior do espaço citadino. No entanto é preciso fazer um outro movimento e considerar outro fator que incidiu no aumento da proliferação de dejetos fétidos nesse espaço entre os séculos XII e XIII. O aumento populacional das cidades ocorreu em grande medida devido ao processo de êxodo rural. Isso significa que continuamente uma série de indivíduos que tinham nascido, e, portanto, possuíam hábitos rurais, passaram a residir no interior das muralhas (Pereira, 2005, p. 101). Esses indivíduos mantinham animais em seus quintais ou no interior de edifícios, além de que tinham pouco regramento diante de como lidar com os excrementos e sujeiras. O espaço urbano ganhava novos contornos atingindo novos aspectos de insalubridade (Rosen, 1994, p.54).

É importante esclarecer que as regras de limpeza e as práticas de higiene no espaço urbano sempre estiveram presentes desde o início da Idade Média. Essas práticas antigas eram consideradas adequadas para lidar com os elementos indesejáveis do cotidiano. O aumento populacional não era visto como um fator problemático entre os séculos XI e XII. No entanto, essa questão se tornou mais complexa a partir do século XIII, quando as cidades atingiram seus limites horizontais e começaram a se desenvolver verticalmente (Pereira, 2005, p. 101).

É interessante notar que essa percepção de uma realidade “insalubre” não era um traço do imaginário popular. Esses indivíduos que vieram do campo estavam habituados com os excrementos, com as carcaças e com o podre. Isso significa dizer que a tolerância desse grupo neocitadino era mais profunda do que dos antigos citadinos e eles nem sequer consideravam que os odores pútridos poderiam de alguma serem danosos. Essa percepção vinha na realidade de uma elite letrada, sendo um aspecto imposto de cima para baixo e com pouca adesão popular (Pereira, 2005, p.101).

Essas percepções se asseveraram no século XIV e uma série de intentos de limpeza partindo dos mandatários municipais passam a serem organizados (Rosen, 1994, p.56). Uma série de Regimes de Saúde que vinham sendo produzidos e disseminados desde o começo da Idade Média serviram como fontes da organização de editos, leis e processos que visavam a organização da salubridade medieval. Esses materiais privilegiavam o olfato como sentido fiscalizador, além de que colocavam os odores putrefatos como aqueles de grande risco, sendo eles manifestação da corrupção, aspecto esse que poderia desencadear o equilíbrio humoral caso o indivíduo entrasse em contato com essas matérias (Sotres, 1998, p.318).

A corrupção poderia ter várias origens na natureza, mas suas formas principais de propagação eram através da água e do ar. O próprio odor, em particular, se espalhava por esses dois elementos. Os processos que causavam a corrupção da matéria eram diversos, podendo ser tanto naturais quanto antinaturais. Independentemente da origem da corrupção, é importante destacar que, no século XIV, com a diminuição da tolerância da elite urbana em relação aos elementos putrefatos, os cuidados com o ar e a água se intensificaram. Uma série de práticas voltadas à preservação das fontes de água e ao controle dos ares, como a queima de incensos e o uso de óleos aromáticos, passaram a ser ativamente incorporadas ao cotidiano das cidades como uma forma de proteger a saúde (Robinson, 2020, p. 92-94).

Tais práticas não caíram em desuso no decorrer da Era Moderna. O acontecimento traumático da tragédia que foi a peste bubônica fez com que as camadas populares criassem dúvidas diante dos elementos médicos estabelecidos. Isso porque a medicina do século XIV não conseguiu dar respostas à alta mortandade que avassalou o continente. Esse episódio duradouro abalou a posição relevante do corpo médico

medieval. Isso não significa que as práticas sanitárias e higiênicas foram deixadas de lado. Mas sim que o prestígio foi reestabelecido apenas na entrada da Era Moderna (Rosen, 1994, p.71).

O século XVI foi um período de grandes mudanças intelectuais, religiosas, ideológicas e organizacionais na Europa. O espaço urbano não passou ileso nesse processo. É preciso situar que no século XVI as monarquias nacionais que tinham se organizado nos séculos XII e XIII passaram a buscar vias de consolidar de fato seus poderes. As monarquias absolutas que se formam dependiam de suas cortes para exercerem seus poderes, que eram justificados como de origem divina. Tais monarcas passaram a encarar seus espaços territoriais como horizontes de exercício dos seus poderes. Era preciso então escolher uma sede do poder central, sendo então aí o surgimento das capitais (Argan, 2001, p.71-73).

As cidades que faziam parte desse vasto território, que na época representava o Estado Moderno, possuíam, em sua maioria, uma longa história que remontava, no mínimo, à Idade Média Central, e em alguns casos, até mesmo a períodos anteriores. Isso significa que esses locais já contavam com infraestrutura herdada do período medieval. Quando uma dessas cidades foi escolhida como capital, sua estrutura organizacional passou por profundas transformações. Ruas estreitas foram substituídas por vias mais largas, adequadas ao tráfego de carroças. Muitos castelos antigos foram reformados para servir como palácios renascentistas ou barrocos, mais luxuosos. O sistema de esgoto foi expandido e práticas sanitárias se tornaram mais comuns, com o objetivo de manter o espaço urbano limpo e minimizar os odores nauseabundos, que, apesar dos esforços, ainda faziam parte da realidade urbana (Argan, 2001, p. 75-76).

No século XVI, o planejamento das cidades-capitais tinha como objetivo criar espaços apropriados para os monarcas e suas cortes. Essas cidades refletiam a grandiosidade e o poder das figuras reais, que viam a necessidade de residir em locais que estivessem à altura de seu status. Nos séculos XVII e XVIII, várias outras cidades, que não eram capitais, começaram a adotar essas mesmas práticas, com o intuito de se equiparar às primeiras (Argan, 2001).

Nesse contexto, observa-se o processo gradual de transformação que alterou a configuração visual do centro medieval. Em vez de um núcleo urbano adensado, amuralhado e compacto, surgiu uma nova organização. As muralhas foram demolidas para permitir maior circulação de cavalaria e carroças. As antigas casas construídas de forma “empilhada” deram lugar a edifícios de três andares, projetados dessa maneira desde o início. Os sistemas de esgoto e ventilação foram reformulados para dispersar os odores, reduzindo os cheiros pútridos. A cidade europeia da Era Moderna se erguia sobre as bases medievais, configurando-se como um centro urbano de características inéditas (Argan, 2001, p. 87-88).

Apesar das transformações urbanas significativas, as práticas de higiene passaram por mudanças profundas, especialmente no século XVIII. A tolerância aos odores atingiu níveis inéditos, de modo que a realidade de putrefação que antes existia não seria mais tolerada (Pereira, 2005, p. 122). Os vapores corruptos e pútridos do período medieval passaram a ser reconhecidos como miasmas desde o século XVII. Isso significava que essas substâncias gasosas eram vistas não apenas como prejudiciais, mas como tóxicas. As fontes de contaminação se multiplicaram. As fossas passaram a ser drenadas e lacradas, as águas deveriam sempre estar em movimento e nunca estagnadas. Os ares contaminados foram combatidos com o uso de produtos aromáticos e químicos. Os resíduos passaram a ser removidos cada vez mais para longe das cidades. Além disso, os cemitérios foram reorganizados e realocados para as periferias ou até mesmo para fora dos limites urbanos (Corbin, 1987, p. 53).

O século XVIII foi um período de transformações significativas na paisagem urbana. Diversos espaços que antes ocupavam o centro das cidades, como feiras, açougues, cemitérios e fossas, foram transferidos para as periferias. A configuração da cidade medieval começava a perder seus contornos mais uma vez, e suas heranças materiais se tornavam cada vez mais escassas (Corbin, 1987, p. 67). Já o século XIX, especialmente a partir das reformas drásticas de Georges-Eugène Haussmann em 1853, abriu caminho para uma nova fase de transformações urbanas, que deram origem à “cidade do progresso”. Nesse contexto, os elementos medievais passaram a ser quase inexistentes, e seus contornos se tornaram mais semânticos e simbólicos do que materiais e concretos. O aspecto mais marcante da herança medieval preservada no século XIX foi a preocupação com os odores pútridos e sua relação com a proliferação de doenças, refletindo os riscos que esses cheiros representavam para a saúde e para o ambiente urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessas reflexões, podemos entender a definição de cidade como um objeto de estudo histórico, além dos apontamentos sobre a História Urbana e seu estabelecimento como um campo acadêmico. Esse campo busca se consolidar como um estudo das cidades e da identidade urbana ocidental, com uma metodologia própria que lhe confere legitimidade dentro da historiografia. Percebe-se que houve intensos debates sobre a História Urbana, especialmente no que diz respeito à questão de determinar se um simples aglomerado de pessoas ou um agrupamento seria suficiente para caracterizar um espaço como cidade, ou se seria a própria cidade que criou a ideia de agrupamentos com limites geográficos.

Ao considerar os textos discutidos, é fundamental compreender, em primeiro lugar, que o surgimento das cidades europeias foi impulsionado pelos processos urbanos da Baixa Idade Média. Em segundo lugar, devemos reconhecer que diversos fatores contribuíram para a formação e morfologia dessas cidades, como, por exemplo, os diferentes meios de controle social, econômico, político e ideológico, além das guerras, conforme apontado por Menjot e Boucheron (2005). Além disso, como já mencionado, é relevante destacar o estudo de Simona Cerutti sobre as corporações de ofícios em Turim nos séculos XVII e XVIII.

Todos os textos abordados buscaram entender o surgimento das cidades, bem como o conceito de cidade dentro da historiografia, apresentando as principais classificações e categorias historiográficas utilizadas para discutir esse objeto de estudo, além dos esquemas representativos empregados. Além disso, a partir das contribuições de diversos pesquisadores, como Richard G. Roses, em “Uma História da Saúde Pública”, e Alain Corbin, em “Sabores e odores: olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove”, ficou claro que as práticas de saúde e higiene foram sistematizadas dentro de Regimes de Saúde, que funcionavam como orientações para médicos e físicos.

REFERÊNCIAS

ABERTH, J. **An Environmental history of the middle ages: the crucible of nature**. 1 ed. Nova Iorque: Routledge, 2013.

ARGAN, G.C. **Imagem e Persuasão: Ensaio sobre o Barroco**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de. **Higiene pública e privada na Idade Média: contributos e documentos sobre estruturas sanitárias em Coimbra (séculos XII-XV)**. Estudo Geral- Repositório Científico da UC. Disponível em:< https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/96891/1/CAMPOS2020_higiene_publica_e_privada.pdf:.>. Acesso em: 04 Out. 2023.

CORBIN, Alain. **Saberes e Odores: O olfato e o Imaginário Social nos Séculos Dezoito e Dezenove**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GARNIER, Florent. **“Livres de comptes, memoire et identité urbaines dans le Midi de la France au Moyen Âge”**. In: GILLI, Patrick; SALVATORI, Enrica (Ed.). *Les identités urbaines au Moyen Âge: regards sur les villes du Midi français: actes du colloque de Montpellier 8-9 décembre 2011*. Turnhout: Brepols, 2014, p. 21-39.

HOHENBERG, Paul M.; LEES, Lynn H. **"Introduction: urbanization in perspective"**. In: The making of urban Europe, 1000-1950 (Harvard studies in Urban History). Cambridge/London: Harvard University Press, 1985, p. 1-13.

JANSEN, Harry. **"Wrestling with the Angle: On Problems of Definition in Urban Historiography"**. In: The Construction of an Urban Past: Narrative and System in Urban History. Oxford/ New York: Berg, 2001, p. 31-59.

JANSONS, H.W.; JANSONS, A.F. **Iniciação à História da Arte**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LEPETIT, Bernard. **"A cidade moderna na França. Ensaio de história imediata"**. In: Por uma nova história urbana. Seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana Angotti Salgueiro; tradução Cely Arena. São Paulo: EdUSP, 2016, p. 45-85. Human sciences in perspective: reflections on culture, society and behavior Capítulo 3 40

MENJOT, Denis; BOUCHERON, Patrick. **O florescimento das cidades: o século XIII na história do mundo urbano**. In: CARVALHO, Margarida M. de; LOPES, Maria

PEREIRA, M.R.M. Alguns aspectos da questão sanitária das cidades de Portugal e suas colônias: dos saberes olfativos medievais à emergência de uma ciência da salubridade iluminista. Topoi, V.6, N.10, p.99-142, 2005.

ROBINSON, K. **The Sense of Smell in The Middle Ages: A Source of Certainty**. 1 ed. Nova Iorque: Routledge, 2020.

RODGER, Richard. **Urban History: prospect and retrospect**. *Urban History*, April 1992, v. 19, n. 1, p. 1-22.

ROSEN, Richard G. **Uma História da Saúde Pública**. 1 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.

SMITH, V. **Clean: A history of personal hygiene and purity**. 1 ed. Londres: Oxford University Press, 2007.

SOTRES, P.G. **The Regimens of Health**. In: GRMEK, M.D.; FANTINI, B.; SHUGAAR, A. Western Medical Thought from antiquity to The Middle Ages. 1 ed. New York: Harvard University Press, 1998, pp.291-318.